

Racionamento e Plano B

É PRECISO RETIRAR DE CENA O ESPECTRO DOS APAGÕES

*Rogério L. Furquim Werneck**

A tardia e tumultuada mobilização do governo com a crise energética tem sido marcada pela tensão entre dois objetivos fundamentais que devem ser simultaneamente alcançados pelo racionamento. Por um lado, é preciso conter com determinação a demanda de energia, de forma a evitar um colapso do sistema elétrico dentro de poucos meses, ao fim da estação seca. Simplesmente não se pode deixar que os níveis dos reservatórios do sistema hidrelétrico atinjam limites críticos. Por outro lado, é importante minimizar os efeitos negativos da contenção de demanda de energia sobre o desempenho da economia e a qualidade de vida da população. Há medidas que poderiam ser consideradas bastante eficazes para atender ao primeiro objetivo mas que seriam desastrosas da perspectiva do segundo. O desafio está em dar ao racionamento um formato que permita atender de maneira satisfatória aos dois objetivos.

Em maio, quando o governo afinal constatou as reais proporções da crise energética e concluiu que o racionamento passara a ser inevitável, muitas foram as vozes a defender apagões como solução. Felizmente, acabou prevalecendo o bom senso. O governo preferiu um processo mais ordenado de racionamento. E, depois de idas e vindas, acabou optando por medidas de contenção de demanda de energia que combinam restrições quantitativas e estímulos de preços. Mas a ameaça dos apagões não desapareceu de cena. Continua sendo brandida pelas autoridades. E não apenas para assombrar a população e mantê-la devidamente empenhada na economia de energia. A verdade é que os apagões continuam sendo seriamente aventados como base de um Plano B, caso o programa de racionamento adotado “acabe não funcionando e tenha de ser abandonado”.

É mais do que natural que as medidas de contenção de demanda de energia adotadas pelo governo tenham que sofrer modificações ao longo dos próximos meses. O programa de redução de consumo de eletricidade foi concebido com base em premissas cujo realismo agora está sendo testado. Baseia-se em hipóteses sobre as prováveis condições hidrológicas dos próximos meses e em suposições acerca da possível resposta da demanda de energia às medidas de contenção. Há certamente ampla margem para imprevistos. A grande questão é como lidar com tais imprevistos.

Uma possibilidade é manter o programa imutável, no seu formato inicial. E correr o risco de constatar, dentro de dois ou três meses -- tendo em vista a evolução das condições hidrológicas e o comportamento observado da demanda de energia -- que o País está marchando para o colapso da oferta de eletricidade. Neste caso, para se evitar

o colapso, o programa teria de sofrer brusca mudança de regime e passar a ser baseado em apagões.

Outra possibilidade, que parece bem mais inteligente, é tratar o racionamento como um processo contínuo que pode e deve sofrer ajustes paulatinos, à luz do que for sendo observado em termos de condições hidrológicas e de comportamento da demanda de energia. Caso, as condições hidrológicas se revelem mais adversas do que foi antecipado, as medidas de contenção de demanda podem ser devidamente ajustadas. Por exemplo, a meta de redução de consumo, inicialmente fixada em 20%, poderia ser aumentada para 22%. E as sobretaxas poderiam ser elevadas.

Não há a menor dúvida de que qualquer escalada na severidade das medidas envolvidas, por pequena que seja, contribuiria para amplificar em muito a irritação, o desgaste político e os entraves econômicos advindos do racionamento. Mas o importante é ter em mente a alternativa. Muito pior seria manter o programa imutável e afinal abandoná-lo bruscamente para recorrer a apagões. Por outro lado, se o racionamento estiver sendo conduzido com transparência, dando a opinião pública condições de entender que medidas um pouco mais severas podem se tornar inevitáveis – exatamente para evitar os apagões --, o desgaste envolvido nos ajustes paulatinos poderá ser minorado.

Gestão transparente do racionamento requer compartilhar com o público a avaliação dos riscos que estão sendo enfrentados. Embora tenha havido algum progresso neste aspecto nas últimas semanas, há pelo menos uma pergunta crucial que ainda não foi respondida com a devida clareza. Da perspectiva de hoje e com base no que se sabe acerca das condições hidrológicas observadas no passado, se as metas de contenção de demanda de energia forem estritamente cumpridas, qual é a probabilidade de que, mesmo assim, o nível dos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste, no final de novembro, acabe ficando abaixo do limite crítico de 10% ? É esta pergunta que terá que ser refeita a cada momento, ao longo dos próximos meses, para que se possa reavaliar riscos e impor ao racionamento as correções de rumo necessárias para se evitar os apagões.

Conduzir o racionamento, de forma a retirar de cena, na medida do possível, o espectro dos apagões, representaria avanço inestimável na redução do elevado grau de incerteza que ainda cerca os desdobramentos econômicos e políticos da crise energética. A persistência de tanta incerteza nos próximos meses pode agravar em muito as conseqüências do racionamento, pelos efeitos potencialmente devastadores que poderá ter sobre o investimento e as condições de financiamento externo da economia brasileira.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.